

“Temos que refazer o Estado”

O presidente Fernando Henrique Cardoso participou ontem, em Bruxelas, na sede do Parlamento Europeu, de uma mesa-redonda com membros do Parlamento. O presidente falou por cerca de 30 minutos, quando fez uma exposição da economia brasileira e dos desafios que o País enfrentou e continua enfrentando para resolver seus problemas sobre direitos humanos, tendo cobrado o cumprimento da agenda 21 elaborada na Rio 92. Eis a íntegra do pronunciamento do presidente, distribuída pela Agência Brasil.

“Senhor presidente desta Comissão. Estimado amigo, que é amigo do Brasil.

Senhores parlamentares que aqui se encontram.

Eu desejo expressar minha grande satisfação de poder retornar aqui a este Parlamento, em que eu já estive na qualidade então de ministro das Relações Exteriores, visitando Estrasburgo e participando de discussões com representantes dos vários países da Europa neste Parlamento Europeu. E é para mim uma grande satisfação voltar neste momento, porque de toda forma a afirmação da liderança política deste Parlamento é indiscutível. E que nós sabemos, nós que habitamos no Sul, no continente americano, nós sabemos a importância dessas formas de integração entre os povos, e o grande significado que tem tido a ação deste Parlamento.

Nós sabemos com toda a certeza que aqui eles estão bordando as diretrizes fundamentais que vão permitir que este continente permaneça dentro da paz, da democracia, do desenvolvimento e da prosperidade.

Eu acho que a concretização dos ideais da União Européia tem tido — e terá — presente repercussão no mundo inteiro. A elaboração das regras que permitiram a consolidação de instituições multilaterais, o grande volume de investimentos que hoje esses países podem realizar e, agora, a capacidade que a União Européia tem tido de dialogar, não só país a país com o resto do mundo, mas dialogar também, o que nos importa muito, em termos de blocos regionais, como agora mesmo estamos assistindo, são algo muito importante para nós.

Tudo isso tem sido um marco da nossa civilização contemporânea, e tem sido realmente o que de mais significativo, depois a Segunda Guerra Mundial, à parte as Nações Unidas, foi possível realizar para assegurar os mesmos ideais que ajudaram a formar as Nações Unidas.

O Brasil tem, naturalmente, relações individuais com cada um dos quinze países que hoje formam esta União Européia. Mas nós acreditamos que, sem prejuízo para que essas relações se aprofundem, é para nós muito importante que haja também um relacionamento do nosso país com o conjunto da União Européia. E mais adiante, como já poderei dizer-lhes, que haja uma relação direta entre o Mercosul e a União Européia.

“Alguns perdem. E pela primeira vez, perdem setores poderosos”

Eu sei que muito do que tem acontecido no Brasil é acompanhado de perto por aqueles, especialmente por esta Comissão de Relações Exteriores, que têm preocupações que vão mais adiante dos limites das fronteiras com os seus respectivos países.

O presidente do Parlamento acabou de fazer referência ao passo que nós do Brasil estamos conseguindo dar agora, com algumas modificações importantes da nossa estruturação econômica e da nossa estruturação social e política.

Mas eu não queria deixar passar esta oportunidade de uma conversa muito franca entre nós para lhes dizer que do meu ponto de vista só foi possível realmente avançar, e avançamos significativamente nas transformações econômicas do Brasil, porque nós conseguimos enraizar o sentimento democrático no país.

Eu sublinho o fato de que esse sentimento democrático está en-

raizado na sociedade brasileira. Não se trata apenas da reestruturação do Estado. Não se trata apenas, o que já é muito importante, de termos conseguido manter o plano institucional, as instituições que asseguram a liberdade, que asseguram a possibilidade de acesso do conjunto da cidadania. Pelo menos nos momentos decisivos das eleições para os altos níveis de decisão nacional. É mais do que isso. Eu acredito que nas últimas décadas, a despeito muitas vezes dos regimes autoritários que lá estavam instaurados, a sociedade brasileira se reformulou profundamente.

Isso não é surpresa para os europeus. Assistiram passo semelhante da Espanha. Assistiram à possibilidade de que a sociedade mesma, independentemente do poder político que tenta às vezes conter os ímpetos democratizadores, a própria complexidade da sociedade contemporânea, à medida que o desenvolvimento econômico vai se afirmando, essa sociedade cria a necessidade de mecanismos de participação, e força de alguma maneira as instituições estatais a se abrirem no sentido da democracia.

Na época em que eu estava fortemente na oposição ao regime autoritário brasileiro, sempre foi esse o meu ponto de vista. É que de alguma maneira a sociedade estava cercando a fortaleza do solo autoritário e estava tendo a capacidade de erodir as bases desses sistemas, mesmo a despeito do desconhecimento por parte do estado autoritário da existência de canais de pressão social, que já eram então mais fortes do que se imaginava.

Pois bem, hoje, quando o próprio Estado se democratiza, a raiz, a força dessa democratização, não advém dos círculos que são internos ao próprio aparelho estatal, e muitas vezes ultrapassa o próprio Parlamento, para se situar no nível da sociedade.

É isso que assegura, no caso brasileiro, a continuidade, a meu ver, dos esforços da liberdade e das instituições democráticas. Este foi o fundamento, e é o fundamento das transformações que estão ocorrendo hoje em outros aspectos da vida brasileira. E me refiro no caso a dois aspectos que são os óbvios: os aspectos econômicos e os sociais.

Este foi o fundamento e é o fundamento das transformações que estão ocorrendo hoje em outros aspectos da vida brasileira. E me refiro, no último caso, a dois aspectos que são usados, os aspectos econômicos e os aspectos sociais. Eu queria me recordar e os dois setores, o primeiro que eu mencionei aqui, o político, advindo dessa vontade societária de liberdade. E agora o aspecto econômico, que o Brasil tem uma larguíssima tradição, tanto de vida parlamentar quanto de mecanismos de mercado. E o que é surpreendente, é que tendo sido um país de base escravocrata no passado, no período colonial, e depois da independência, não obstante por esses... que os países que criaram na periferia do mundo europeu acabam por apresentar — a despeito disso, foi possível manter instituições parlamentares funcionando, quase ininterruptamente, desde a década de vinte, do século passado até hoje, temos que os momentos de interrupção do parlamento, graças a medidas, a regimes de força, não ultrapassaram quinze anos, num período de quase dois séculos, foi certamente por cento sessenta anos, o que dá uma certa tradição de negociação a nível parlamentar, a despeito de tudo.

E que as instituições de mercado se organizaram lá, embora com este fundamento escravagista, e talvez tenha sido essa, como nos EUA, em certa fase, a característica, deformações também, não só das vantagens da nossa economia, que era uma economia de mercado, e cujo fundamento social para a produção era o trabalho escravo. Não obstante, economia de mercado e a nível internacional e se integrava, se inseria na economia internacional. Então, embora com essas tradições, que não são as mais brilhantes, do ponto de vista dos ideais de liberdade, de sociedades fechadas, socialmente fechadas, houve possibilidade de um simulacro de democratização, que depois se transformou em democratização efetiva. E da existência de um mercado que era imperfeito, porque baseado na escravidão, mas que depois se transformou num mercado de trabalho mais livre.

E, portanto, de alguma forma,

eu até diria que se encontrou espelhado no continente sul-americano, no caso brasileiro, tudo aquilo que foi elaborado na Europa, que é o mercado, que é a democracia, que é esse amor pela liberdade, e tudo isso feito de uma maneira que não era mimética, porque tinha esses condicionamentos, muito específicos, que nos deram muito trabalho para que nós deles livrásemos, da escravidão, das tradições de autoritarismo, das dificuldades imensas de permitir que houvesse uma economia mais forte na rua.

Mas hoje vivemos, talvez, um momento em que tudo isso é passado e que nós podemos, de alguma maneira, recuperar e com muita força, as instituições democráticas, a liberdade, a tradição do mercado, e o que nós falta aí, e falta bastante, avançar muito na área social, para que o peso imenso, de um País com essa tradição, regime escravocrata e, mais tarde, uma forma de desenvolvimento que continua sendo excludente, pudesse vir a permitir que o crescimento econômico se transformasse em prosperidade para a maioria.

“O sentimento democrático está enraizado na sociedade brasileira”

Ainda não o é. E esse é um grande desafio que nós temos. Ainda só não entendemos esse pano de fundo, é difícil de entender o que se passou mais recentemente no Brasil. Foi um lapso de tempo muito curto. Foi possível não só superar suas formas autoritárias, como valorizar de novo o mercado, os direitos humanos — e insisto no tema — e a capacidade de que nesse mercado, o Estado atuasse de uma maneira que fosse capaz de racionalizar os processos econômicos e que permitisse, inclusive, o combate mais aberto à forma que havia assumido a deformação global, que era a inflação. E foi possível e nós o conseguimos, num prazo relativamente curto, passar de uma inflação que beirava os 5.000% ano ano, para uma inflação que, no mês passado, atingiu algo entre 1 e 2%, e que no mês de setembro, na primeira medida que nós tomamos, chegou a 0%.

E foi possível isso porque nós adotamos um mecanismo de tentativa de controle da inflação bastante diverso daquilo que se tinha tentado antes, ou seja, abandonamos os caminhos tecnocráticos e pura e simplesmente, como é natural que se use instrumentos de controle da massa monetária, do câmbio, etc., para junto com eles explicarmos ao País o que significava a inflação, e pedimos o apoio ao País, tendo em vista — e este foi o pressuposto básico — de que o País já tinha um avanço democrático muito grande. A cidadania já tinha mais força do que os donos do Estado imaginavam, e era possível, portanto, explicar a cidadania, passo a passo, as razões das medidas tomadas, ainda quando essas medidas pudessem significar, como algumas delas significam, ainda hoje significam, uma perda de vantagem relativa para ficar com grupos e uma restrição a ímpetos mais que razoáveis, destacando o consumo, mas que uma vez ele não tivesse sido controlado, poderia resultar mais adiante na impossibilidade da continuidade do controle do processo inflacionário.

Hoje, depois de quinze ou dezesseis meses da introdução do plano de estabilização chamado “real” eu posso lhes dizer que nós mantemos esses níveis de inflação baixos e se a população apóia o programa, e que quando existe uma medida de controle inflacionário que se explica ao povo, e quando o povo sente no bolso os efeitos da perda de deterioração que antes havia, e eliminação da desestabilização do valor do salário, e sente que os preços não se movem em detrimento do consumidor, ainda que se escreva o que se quiser, data-se uma vênua aos que escrevem, a respeito e avaliação do processo, na verdade a população sente que o processo é benéfico. Evidentemente, alguns perdem. E perdem pela primeira vez setores poderosos, que não estavam habituados a perder. Setores que sabiam manipular com mecanismos financeiros e que podiam preservar o valor dos seus haveres e até mesmo as suas especulações, sem nenhum

risco e que hoje passam a ter algum risco.

Perdem certos setores, impulsionando a taxa de câmbio, que no passado beneficiou muito a economia fechada. Deixa de beneficiar segmentos importantes da produção. Perdem mesmo setores da classe média, porque como os senhores sabem, os serviços (nome em inglês) não se pode importar serviços. E numa primeira fase da estabilização o preço do serviço aumenta e aqueles que têm acesso a esse tipo de serviço, serviços pessoais em geral, cabeleireiro, alfaiate, mecânicos, quem tem acesso a esse tipo de serviço sofre o impacto, e muitas vezes também na escola, pagamento da mensalidade escolar, aluguel da casa, sofre o impacto negativo do controle inflacionário. E aí pessoas de classe média também podem ser prejudicadas momentaneamente.

Mas, esse é nosso desafio. Como corrigir agora esses desequilíbrios que são produzidos pelo controle inflacionário. Como evitar, em função da taxa de câmbio, que haja prejuízos significativos para setores produtivos importantes, e que precisa efetivamente de uma visão de mais longo prazo. E como voltar a dar ao país um horizonte estável, de esperança objetivada em investimento produtivo. Vamos criar, portanto, metas outra vez, de crescimento econômico.

Eu devo lhes dizer senhor presidente, senhores deputados, que nesse processo todo a taxa de crescimento da economia brasileira continua variando entre 4 e 6% nos seis últimos anos. Disse ainda agora, quando alguns setores, exatamente os que foram prejudicados pelo ajuste, falo em aspas exceção, na verdade é uma diminuição do ritmo de crescimento. Diminuição provocada deliberadamente pelo governo para permitir que haja um horizonte de estabilidade a mais longo prazo. E nós continuamos com taxa de crescimento, que provavelmente esse ano vão se aproximar mais de 5 por cento, do que de 4 por cento no fim do ano.

Este é o quadro geral, no qual nós nos envolvemos. É o em que se move a economia brasileira, um quadro em que agora, além disso, nós estamos ajustando nossa economia a um fato, que é de todos conhecido, que é da globalização do sistema produtivo, do sistema de troca. Estamos passando de uma economia que se formou, de um mecanismo que (...) exportação, para uma economia que tem que ser competitiva a nível global.

Devo lhes dizer que se quiser tomar um indicador desses mais simples, o ISO 9000, nós hoje no Brasil já temos mais de 600 empresas com esse certificado de qualidade global. E até o fim do ano, vamos nos aproximar de 1000 empresas, o que significa que no caso das Américas, os países que mais se aproximam disso não contam com uma centena de empresas. E nós estamos nos aproximando do milhar. Que as empresa ainda estão muito longe dele, mas, o que mostra são a transformação qualitativa no sistema produtivo brasileiro. Trata da tecnologia, a investimentos novos, a absorção de formas novas de organização do sistema produtivo.

Tudo isso requer também uma nova visão do Estado. Esta matéria tem sido discutida com bastante superficialidade ideológica em termos de neoliberalismo versus, e não sabe versus do que. Na verdade, um país como o nosso, com muita desigualdade, um país com muita pobreza ainda, é um país que não pode dispensar políticas públicas eficazes. E nem mesmo pode dispensá-las do ponto de vista de permitir que o sistema produtivo tenha condições de competição. E, portanto, são vãs as teorias que pensam que basta emagrecer o Estado, para que o mercado engorde. E engordado o mercado, a prosperidade se generalize. Não é assim, nós temos que refazer isso, sim, o estado. Em função de um Estado que se abra aquele fenômeno que menciono inicialmente, ou seja, de uma sociedade ávida de participação e que, portanto, seja um Estado capaz de não cingir-se aos desígnios técnico-burocráticos, mas seja um estado capaz de ter sensibilidade para essa ansia de participação, que até hoje traz características da sociedade contemporânea. A decisão, não basta que ela seja correta, é preciso que ela seja sentida, não só como correta, mas sentida como sendo fruto de um esforço coletivo”.